

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Cathiane Simões Kaminski

GÊNERO E POLÍTICA:
ANÁLISE DA PRESENÇA DO GÊNERO NO DISCURSO DE POSSE
DA PRESIDENTA DO BRASIL

CURITIBA-PR

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Cathiane Simões Kaminski

GÊNERO E POLÍTICA:
ANÁLISE DA PRESENÇA DO GÊNERO NO DISCURSO DE POSSE
DA PRESIDENTA DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Paraná para a obtenção
do Grau de Especialista em Comunicação Política
e Imagem

Orientadora: Profª Miriam Adelman
Co-orientação: Profº Nelson Rosário de Souza

CURITIBA-PR

2013

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar a presença do gênero na política, primeiramente delimitando o campo político e mostrando suas principais origens, e em seguida identificando o gênero em si. A partir desta delimitação, o referido trabalho apresenta de que forma a mulher está inserida no campo político atual, por meio de pesquisa bibliográfica, estabelecendo um debate principal entre autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Jünger Habermas, mais tradicionais, e outros como Iris Marion Young, Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli, estudiosos mais recentes do assunto. O estudo apresenta a atuação da mulher no campo político atual, através da análise do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil, além de identificar os principais problemas de integração do gênero na política como um todo. O que se identifica é a permanência do gênero em campos de menor prestígio, mais ligados às questões familiares e sociais, que rendem pouca visibilidade, contribuindo muito pouco para a ascensão na influência política, como acontece com a carreira da maioria dos homens inseridos no campo.

Palavras-chave: Gênero. Política. Voto feminino. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This study aims to identify the presence of gender in politics, first outlining the political field and showing its origins, and then identifying the genre itself. From this definition, this paper presents how the woman is embedded in the political current, by means of literature, establishing a major debate between authors such as Michel Foucault, Pierre Bourdieu and Jünger Habermas, more traditional, and others like Iris Marion Young, Luis Felipe Miguel and Flávia Biroli, scholars latest issue. The study shows the role of women in the political current, through the analysis of the inaugural address of President Dilma Rousseff, the first woman to hold the position in Brazil, and identify the major problems of integrating gender in politics as a whole. What is identified is the permanence of gender in fields less prestigious, more connected to family issues, yielding poor visibility, contributing very little to the rise in political influence, as the career of most men entered into the field.

Keywords: Genre. Policy. Female vote. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O CAMPO POLÍTICO	8
3 O GÊNERO	13
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
5 A PRESENÇA DO GÊNERO NO DISCURSO	24
6 CONCLUSÃO	28
7 REFERÊNCIAS	30
8 ANEXO – DISCURSO DE POSSE PRESIDENTE DILMA	32

1 INTRODUÇÃO

A participação feminina no campo político se mostra ainda muito reduzida, mesmo depois de várias conquistas, como as cotas para candidaturas e o voto feminino. Este estudo pretende estabelecer um diálogo entre autores para identificar os motivos da pouca presença feminina neste espaço, além de analisar a presença do gênero no discurso de posse da presidente Dilma Rousseff, eleita em outubro de 2010, pelo atual sistema político de lista aberta utilizado no país. Para tanto, serão verificadas as delimitações de política e gênero, por meio de pesquisa bibliográfica, além da identificação da atuação deste quando inserido naquele.

O campo político neste estudo será tratado pela definição de Bourdieu (1989), como espaço de vida no qual são avaliadas as competências individuais, onde há outras coisas em jogo e cada um luta por um interesse específico. A representação política, neste caso, é resultado de uma ineficiência do indivíduo de se autorrepresentar, e da necessidade da massa, de ter um porta-voz, perante a apatia apresentada por si mesma para questões coletivas, mesmo que de interesse comum.

Segundo Young (2006, p. 142), para os democratas o campo político é um espaço cujas instituições representantes são pouco confiáveis, além de que esta representação pode chegar a violar os direitos e valores estabelecidos pela democracia instituída no país. O sistema político atual vigente no Brasil é o Sistema Político de Lista Aberta, e o regime em que se vive está classificado como Democracia. Mesmo sendo o país com maior tempo de utilização deste modelo (NICOLAU, 2006) implementado em 1932, sofrendo até hoje poucas mudanças, ainda é um país com uma parcela ínfima de participação do gênero nas atividades políticas, e, quando ocorre, não acontece em igualdade com a participação masculina.

O assunto abordado tem sido bastante discutido dentro da esfera acadêmica, e, para um dos principais autores atuais a tratar do assunto, Luís Felipe Miguel, cujas pesquisas realizadas em parceria com Flávia Biroli foram muito utilizadas como base para a concepção deste estudo, “meio século ou mais depois da obtenção do direito de voto pelas mulheres, elas continuavam ocupando uma parcela muito reduzida das posições de poder” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 66).

O voto feminino tornou-se realidade no mundo apenas no ano de 1893, na Nova Zelândia. O pioneirismo do país deu início a uma sequência de reconhecimentos do direito da mulher. As inglesas foram o segundo grupo a exercer o direito do voto, em 1918, e em seguida, vinte e seis anos depois, as francesas obtiveram o direito de votar, em 1944.

No Brasil, durante a elaboração da Constituição de 1891, a primeira da República, já se cogitava essa hipótese, porém sem implementação efetiva. A avaliação que se fazia na época era de que a natureza das mulheres não as habilitava à vida pública. Somente em 1932, um decreto assinado por Getúlio Vargas deu a permissão do voto para a mulher. O texto definia que o eleitor era caracterizado pelo “cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo” ¹.

O principal questionamento que Miguel faz a respeito do assunto, e que torna possível esta pesquisa, é “Como é possível que um grupo que inclui cerca de 50% da população adulta (na verdade, um pouco mais) ocupe apenas uns 5% das cadeiras no parlamento?” (2001, p. 254). Dados atualizados do Censo 2010, nove anos depois da observação de Miguel, apontam que a parcela feminina da população continua sendo dominante. “De acordo com o Censo 2010, há 96 homens para cada 100 mulheres no Brasil. A diferença ocorre, segundo o IBGE, porque a taxa de mortalidade, entre homens, é superior” ².

“A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, chama a atenção para o fato de que esses números não se repetem no cenário político. No Senado, elas são 12% dos parlamentares. Na Câmara, menos ainda” (VOTO DAS MULHERES no Brasil completa 80 anos. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/03/08/voto-das-mulheres-no-brasil-completa-80-anos>>. Acesso em: 15/06/2013).

Miguel explica ainda (2009, p. 254) que não somente o grupo de mulheres está pouco representado no campo político, como também as crianças e os idosos, principalmente entre 80 e 90 anos, estão excluídos da participação efetiva da vida

¹ VOTO DAS MULHERES no Brasil completa 80 anos. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/03/08/voto-das-mulheres-no-brasil-completa-80-anos>>. Acesso em: 15/06/2013.

² PERCENTUAL DE IDOSOS na população segue em crescimento, diz Censo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/percentual-de-idosos-na-populacao-segue-em-crescimento-diz-censo.html>>. Acesso em: 04/11/2011.

pública. No entanto, segundo o autor, esta falta de representatividade não tem causado a mesma inquietação, como causa a ausência de mulheres na política.

Dentro do discurso proferido pela então presidente do país, Dilma Rousseff, eleita em 2010, com mais de 55 milhões e 700 mil votos, equivalente a 56,05% dos votos válidos³, este estudo pretende verificar a presença do gênero com base nas considerações apontadas por meio do debate estabelecido entre os autores. De início verifica-se que o discurso pronunciado em 01 de janeiro de 2011, estabelece a presença da mulher já na primeira frase, quando a presidente diz " Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher" (ROUSSEFF, 2011). Outras formas de mencionar o problema da ausência e a presença do gênero na política estão por todo o discurso, e serão aprofundadas no decorrer do estudo.

³ TSE - Resultados das eleições. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>> Acesso em: 04/11/2011.

2 O CAMPO POLÍTICO

O campo político é um espaço de vida (BOURDIEU, 1989) dentro do qual são avaliadas as competências individuais, local onde existem muitas outras coisas em jogo e a arena onde cada um luta por um interesse específico. A representação política se dá como consequência da ineficiência do indivíduo, de se autorrepresentar, e da necessidade que a massa apresenta, de possuir um porta-voz, a partir da sua própria apatia frente a questões coletivas, mesmo que elas sejam de interesse comum.

Para Habermas (1984), o modelo político que se utiliza vem de uma raiz ideológica, nascida na Idade Média, na Renascença. É um modelo de esfera pública, na qual a palavra "pública" ganha sentido de "estatal", e que diz respeito a um regulamento do monopólio que ocorre com a utilização das forças.

“(...) esse modelo de esfera pública helênica, tal como ele nos foi estilizadamente transmitido pela interpretação que os gregos deram de si mesmo, partilha desde a Renascença com todo o assim chamado “clássico”, de autêntica força normativa – até os nossos dias.” (HABERMAS, 1984, p. 16).

É o mesmo espaço que Miguel e Biroli chamam de estrutura hierarquizada, dentro da qual, segundo Habermas, o funcionamento ocorre semelhante ao sistema feudal, cuja administração é permanente e corresponde a uma "administração estatal continuada" (1984, p. 31). Ainda segundo Miguel e Biroli (2006, p. 66), a comparação entre governantes e população como um todo mostra que o primeiro grupo é composto por uma quantidade maior de homens, com maior classificação social, maior nível de instrução e, predominantemente, com pele de cor clara, seguindo padrões apresentados quando do nascimento dos regimes representativos, na Idade Média.

O estudo apresentado pelos autores aponta que, mesmo após a inclusão dos grupos minoritários na vida política, não houve mudança significativa nestas características identificadas. O campo político, inserido no espaço social, dentro do que explana Bourdieu, pode ser entendido como o *conjunto de STÄNDE*:

“O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como *espaços dos estilos de vida* ou

como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes" (BOURDIEU, 1989, p. 144)

A necessidade de algo ou alguém que represente a massa, e a cada um individualmente, ocorre a partir do momento em que "a rede da vida social moderna - freqüentemente - vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições" (YOUNG, 2006, p.144). Isto porque ninguém é capaz de estar "presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida", pois existem muitos deles espalhados pelos mais diversos lugares e mesmo que as expectativas do representado não sejam correspondidas, o que ele espera é que os representantes e outros representados, semelhantes a ele, lutem por causas semelhantes à sua, o substituindo em debates de seu interesse.

Ainda dentro do que compreende Bourdieu, o campo político também é entendido como *campo de forças* e *campo de lutas*, cujas batalhas irão transformar a relação que as forças estabelecem entre si, porém, não deve ser entendido como império.

"O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes (...) têm com os seus mandatários" (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Neste caso, a estrutura hierarquizada aparece, no momento em que as relações acontecem de cima para baixo, do maior cargo ocupado até a massa representada pelas autoridades. Bourdieu (1989, p. 164) chama esta relação de "distância diferencial", que eles têm, principalmente devido ao modo como desempenham seus papéis se valendo dos seus "instrumentos de produção política".

Inserir o campo político na lógica da oferta e da procura é um dos argumentos de Bourdieu, que justifica a partir da forma como as relações e atritos se dão dentro do espaço de vida pública.

"(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem

escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção" (BOURDIEU, 1989, p. 164)

James Fallows exemplifica, dentro do panorama político americano, o jogo de interesses que se apóia na mídia, mais especificamente no telejornalismo e no jornalismo impresso, dentro dos governos Bush e Reagan, devido à proximidade que dois homens mantinham com editores destes veículos. Como exemplo ele cita a série de publicações assinadas por Bob Woodward, do impresso *Washington Post*, que pode ser entendida como um plano de divulgação em favor do senhor Richard Darman, diretor de orçamento do governo de George W. Bush.

"A série apresentava Darman como uma voz consciente e solitária, advertindo que os grandes déficits orçamentários desmorrariam as perspectivas políticas do governo e danificariam o futuro econômico da nação. (...) E a série de artigos de Woodward ajudaram Darman a se posicionar como o homem que tentou salvar a administração Bush apesar dela mesma" (FALLOWS, 1997, p. 230)

Dentro deste panorama de campo político, verifica-se a estruturação do campo ou sistema político atual, utilizado no Brasil. Young (2006, p. 142) aponta o significado de campo político, na visão dos democratas, como um espaço cujas instituições representantes são pouco confiáveis. Além disso, para os democratas, a representação pode ser uma atividade que chega a violar direitos e valores estabelecidos pela democracia instituída no país.

Atualmente vigora no Brasil o Sistema Político de Lista Aberta, e o regime em que se vive está classificado como democracia, sendo que este é o país com maior tempo de utilização deste modelo (NICOLAU, 2006), cuja implementação ocorreu em 1932. Durante este período o sistema sofreu poucas mudanças, principalmente no que diz respeito ao formato do voto em si, e quase nada em relação às listas.

"O sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista" (NICOLAU, 2006, p. 692).

Mesmo tendo um dos sistemas com maior tempo de vigência, "o Brasil adotou o sistema de lista aberta antes de outros dois países – a Finlândia (1955) e o Chile (1958)" (NICOLAU, 2006, p. 692), ainda é um país com uma parcela ínfima de participação do gênero nas atividades políticas, e quando ocorre, não acontece em igualdade com a participação masculina.

Para Norberto Bobbio (1986), a democracia tal como a conhecemos hoje não está tão enraizada na Idade Média, mas nasceu a partir de uma ideia individualista de sociedade.

"(...) contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes - a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade de indivíduos" (BOBBIO, 1986, p. 22).

Neste sistema, dito proporcional, acontece a distribuição das vagas por meio de quociente eleitoral, o que consiste na divisão do número de votos do partido ou da coligação, pelo número de vagas do estado na Câmara. O modelo, exatamente como se conhece hoje aconteceu, segundo Pinheiro⁴ (1996, p.10), sofreu sua mudança efetiva no "Brasil pós-1988", com o estabelecimento da Constituição, naquele ano. Apesar disto, a configuração herdou muitas características da ditadura militar, sistema que havia sido recentemente vencido, dando lugar novamente ao sistema antes golpeado por este - um assunto a ser tratado à parte, em um estudo dedicado somente à ele.

"(...) a permanência do pessoal político dos governos militares, como governadores, ministros e representantes políticos ligados às oligarquias políticas, e muitas dessas lideranças em seus estados se omitem diante de graves violações de direitos humanos quando não coonestam" (PINHEIRO *in* DIMENSTEIN, 1996, p. 11)

Dentro de uma comparação entre os regimes populista, militar e o atual, dito democrático com fim da ditadura militar e a instauração do governo civil, levando em consideração que os governos deveriam ser a representação de seu povo e garantir principalmente os direitos humanos, Pinheiro ressalta ainda que haja entre eles, "muito mais pontos de contato que diferenças" (*in* DIMENSTEIN, 1996, p. 11), apontando para uma necessidade de reforma.

E as tentativas de reforma ocorrem por meio de propostas de emenda, que tramitam no Senado e na Câmara Federal, durante a concepção deste estudo inclusive. Reforma política que, como já mencionado anteriormente, segundo Bourdieu (1989), atende em muitos sentidos, os interesses pessoais de alguns

⁴ In DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996 - Introdução realizada por Paulo Sérgio Pinheiro.

componentes deste campo político. Em um artigo publicado na Revista Fórum em março de 2011, o deputado Vicente Paulo da Silva, conhecido como "Vicentinho" (PT-SP), expressa a questão.

"Foi a partir da vaidade de um velho político, preocupado com seu lugar na história, que a reforma política enfim entrou em pauta. Uma vez reeleito para a presidência do Senado, José Sarney (PMDB-AP) começou a convidar os quadros mais vistosos da câmara alta para integrarem uma 'comissão de notáveis', responsável por elaborar um projeto de reforma: Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Aécio Neves, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Francisco Dorneles..." (SILVA, 2011, p. 42)⁵.

A comissão em questão passaria por cima de muitos processos já tramitando, emendas e projetos para serem votados, a respeito deste mesmo assunto. Foi duramente criticada pelos corredores da casa, mas mesmo assim, a Câmara também instalou sua comissão, e o prazo para a apresentação das propostas ficou fixado em 45 dias. A insatisfação de alguns e a esperança de mudança real no sistema político fica visível por meio de manifestações públicas, como a do deputado "Vicentinho". "Todo início de mandato é a mesma coisa. Formam-se comissões de reforma que não dão em nada" (SILVA, 2011, p. 42).

No caso destas duas comissões formadas quando a primeira presidente mulher foi eleita no Brasil, um formato novo foi proposto, o chamado "distritão". O distritão é a eleição majoritária para cargos legislativos, na qual o conceito de quociente eleitoral se extingue e passa a vigorar apenas a quantidade geral de votos, prática consentida pela maioria dos integrantes do PMDB, cujo idealizador é o vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer.

O processo tramita até o presente momento de conclusão deste estudo, e nesta data a reforma política ainda encontra-se em discussão no Distrito Federal. O formato conhecido como 'distritão' ainda não foi efetivamente implementado.

⁵ VENCESLAU, Pedro. A quem interessa a reforma política? Revista Fórum. ano 9, n.96 , p.42-44, mar. 2011.

3 O GÊNERO

A dominação masculina é tema de estudos presentes nas mais diversas vertentes, que tratam dos mais diversos campos onde homens e mulheres possam estar presentes, competindo por seu lugar ou apenas co-atuando entre si. Um dos campos onde se pode perceber mais claramente a submissão do gênero, além do campo político, é o cinema, área de destaque de "produção discursiva" sobre o gênero (ADELMAN, 2005, p. 225).

Segundo a autora, (2005) é no cinema que se funda a tradição do mito masculinista sobre a mulher, quando ela é representada de modo que toda a sua heterogeneidade e diversidade se silenciam, escondendo as mulheres reais. Neste campo, a mulher pode acabar assumindo uma posição de objeto de desejo, exibida no espetáculo, ainda que pensada como personagem tanto para o público masculino, quanto para o feminino.

Estudos mais aprofundados sobre o comportamento humano e a "dominação masculina" de Foucault e Bourdieu identificam possíveis raízes deste comportamento presente na sociedade, no qual a mulher é sempre inferior e submetida ao homem. Acontece por vezes que nem mesmo o homem, ou a própria mulher, sabem dizer de onde vem este comportamento.

"as pesquisas da psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções" (FOUCAULT, 1997, p. 15).

Uma das hipóteses apresentadas por Bourdieu (2002), é de que a origem se dá já nas relações entre homem e mulher e que a dominação ocorre por analogia sexual. Daí as relações sexual e social - de dominação - estão construídas com base no princípio de divisão fundamental entre ambos os sexos, sendo o masculino sinônimo de ativo, e o feminino de passivo, ligados então ao erotismo: "o homem sente o desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada" (BOURDIEU, 2002, p. 31).

A classificação de gênero - ou sexo - é tradicional e natural ao ponto de que acontece entre os objetos do cotidiano, quando classificamos, por exemplo, o quarto como elemento "masculino" e a cozinha como elemento "feminino".

"A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação" (BOURDIEU, 2002, p. 17)

Acima disto, a real diferença entre homem e mulher, segundo Foucault, são o próprio homem e a própria mulher, como são e não devido apenas a identidade e ao jogo de distinções. A razão se torna então a diferença dos discursos, a história é a diferença dos tempos, e o nosso eu estabelece-se como a diferença das máscaras. "Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos" (FOUCAULT, 1997, p. 149).

A associação da dominação do gênero com o ato sexual ocorre também devido ao formato dos corpos. O fato da ereção se dar por meio de "enchimento" faz com que a característica natural masculina seja associada ao "enchimento de vida" que é natural das germinações, gestações e todas as demais formas de reprodução natural. "A construção social dos órgãos sexuais *registra e ratifica* simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, (...) para converter a arbitrariedade do *nomos* social em necessidade da natureza (*physis*)". Contribui para esta construção a concepção de demais mecanismos, principalmente a chamada "inserção de cada relação", que trata dos opostos que se completam, como o cheio/vazio, alto/baixo, etc. "em um sistema de relações homólogas e interconectadas" (BOURDIEU, 2002, p. 22).

"Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a

madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes" (BOURDIEU, 2002, p. 41).

Dentro deste panorama de dominação masculina, na forma como é vivenciada e imposta ao gênero feminino, está a violência simbólica de Bourdieu. O autor denomina como "violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas", o exemplo claro da submissão feminina, que gera a submissão paradoxal. Esta dinâmica ocorre "pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (BOURDIEU, 2002, p. 9).

A situação mais recente da dominação masculina apresenta mudanças sensíveis, e para Foucault, o principal ponto não é determinar em que momento a consciência revolucionária se instaura, nem quem são os principais agentes desta mudança, "mas de mostrar como se formaram uma prática discursiva e um saber revolucionário que estão envolvidos em comportamentos e estratégias" que irão resultar em uma nova teoria de sociedade e que operarão na interferência e na transformação de todos (FOUCAULT, 1997, p. 218).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Bourdieu explica como o funcionamento tradicional da sociedade, ou da ordem social funcionando como uma máquina simbólica, tende a promover a manutenção da dominação sobre o gênero.

"A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos" (BOURDIEU, 2002, p. 18).

O cenário começa a mudar, ainda que sensivelmente, quando os efeitos da Segunda Guerra Mundial começam a ser sentidos. Nos anos quarenta, os postos de trabalho começaram a ficar vazios e a necessidade de que a mulher substituísse o homem, evitando uma crise econômica, faz que sejam criadas e divulgadas campanhas de afirmação do poder e independência do gênero, colocando-a numa posição de pessoa auto suficiente.

Foi nesta década que surgiram os dois principais personagens que retratam este modelo de gênero: a Mulher Maravilha e a personagem oficial da guerra, Rosie The Riveter (WIDHOLZER e FUNK, 2005, p. 24). As duas figuras evocavam força, verdade e renunciavam à feminilidade. A partir daí a mulher se viu inserida no mercado de trabalho, chefiando um novo modelo de família, sendo um novo modelo de mulher dentro da sociedade.

Depois disto, na década de 1960, "sugeriram-se novas formas de organizar a vida cotidiana e a sociabilidade, surgiram novos conceitos do político que resgatam a criatividade e a imaginação" (ADELMAN, 2004, p. 27). Era um momento extraordinário que levava a mulher a lutar ainda mais pelos seus direitos.

"um momento de extraordinária contestação eu se espalhou pelo globo, rompendo com uma rigidez social e política da ordem da guerra fria e produzindo uma 'desordem social', no *melhor* sentido do termo - desestabilizaram-se e não se respeitaram mais as fronteiras culturais, sociais, sexuais estabelecidos" (ADELMAN, 2004, p. 28).

Desta forma a sociedade entrou em uma mudança um pouco mais acelerada, e a dominação masculina foi posta em cheque, ainda que de forma bastante sutil. Dentro deste panorama pode-se então verificar a participação do gênero no campo político, as áreas de atuação e a aceitação dedicada ao gênero neste âmbito.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As diversas pesquisas realizadas ao longo deste tempo, ainda que recente e durante o qual se identificou a ausência do gênero no campo político, apontam os possíveis motivos e causas para esta situação. Uma pesquisa realizada por Luiz Felipe Miguel e Flávia Biroli, ambos do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, apresentada no artigo “Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa”, publicado em 2009, na revista Opinião Pública, mostra alguns dados importantes sobre a participação do gênero na política.

Os pesquisadores avaliaram a aparição de mulheres envolvidas no campo político no noticiário, analisando a presença do gênero nos principais telejornais e revistas brasileiras. Além disto, os autores analisaram a atuação das deputadas federais na 51ª e 52ª legislaturas, correspondentes aos anos de 1999 a 2006, por meio dos seus discursos, proposições apresentadas e da participação de cada uma delas nas comissões. (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 58)

O estudo foi realizado com base na hipótese de que a mídia contribui para a formação do reconhecimento que se dá para o campo político. É através dela que se tem acesso aos acontecimentos, a proposições e à forma de atuação geral de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e até do presidente. (MIGUEL; BIROLI 2009).

Para Nicolau (2006), a mídia começa a contribuir para este processo de exibição do campo político no momento em que ocorre o início das eleições, mais precisamente durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, ainda que o tempo de aparição para cada candidato seja pequeno. Dentro deste raciocínio de aparições na mídia está a hipótese dos estereótipos, de que “(...) a permanência de estereótipos de gênero constrange tanto a ação política das mulheres no campo político, quanto a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 56)

Apesar da ausência feminina no campo político ser amplamente discutida há bastante tempo, foi apenas na década de 1970, com a chegada do movimento feminista, que se pôde verificar que esta situação, na realidade, era um problema, e não apenas um comportamento de desinteresse da mulher pela vida pública.

“A busca por uma presença maior das mulheres nos espaços decisórios se insere em um movimento mais amplo, que identifica, como um dos pontos decisivos de estrangulamento das democracias contemporâneas, a subrepresentação política de determinados grupos sociais” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 66).

Após a identificação da disparidade recorrente, muitos estados admitiram a necessidade de implementar uma solução. As ações começaram na Europa, em seguida passaram a acontecer nos demais continentes, principalmente com a adoção de políticas de inclusão, com o objetivo de ampliar a inserção dos chamados “grupos subalternos” nas esferas representativas.

"As medidas mais importantes envolveram a adoção de cotas eleitorais, implicando a reserva de um determinado contingente de candidaturas femininas" (MIGUEL; BIROLI, 2009, P. 66). No Brasil, a medida tomada para frear a situação de discriminação e a sub-representação do gênero na vida pública, foi uma mudança rápida na legislação eleitoral do país, com o decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1932, que previa o direito de todos os cidadãos maiores de 21 anos, "sem distinção de sexo" ao voto.

Além disto, a legislação passou a prever cotas reservadas para candidaturas de mulheres nos partidos e coligações.

“O Brasil serve de exemplo. No momento em que foi proposta a adoção de quotas de candidaturas (culminando na aprovação da lei nº 9100/95), ouviram-se manifestações contra a medida específica, mas nenhuma voz significativa se elevou contra a meta de gerar uma representação política mais paritária” (MIGUEL, 2001, p. 256).

Deste modo a presença feminina se torna uma presença imposta, já que se tem como natural que a mulher esteja na vida privada, doméstica, enquanto o homem ocupe um lugar imponente no campo político (MIGUEL, 2009, p. 73). São divisões pré-estabelecidas, a partir das quais o gênero tem a necessidade de se reafirmar a todo instante o direito de ocupar um cargo público, quando o fazem, pois elas acabam se sentindo “forasteiras” neste espaço. Em 1998, 25% das vagas era destinada à mulheres, o que não alavancou a mudança de comportamento. A pesquisa de intenção de votos (e posteriormente a eleição efetiva) apontou para

vitória de Fernando Henrique Cardoso, mesmo havendo uma mulher candidata, Thereza Ruiz (PTN)⁶.

Um exemplo da disparidade de gêneros no campo político é que, mesmo que os deputados, e deputadas federais sejam rigorosa e formalmente iguais, na prática percebe-se que alguns possuem mais *capital simbólico* (BOURDIEU 1989), ou seja, prestígio, espaço e influência, do que outros.

“O que é próprio de um campo, no sentido que Bourdieu empresta ao termo. Assim, da mesma forma que há uma diferença entre concorrer e se eleger, há outra, entre se eleger e alcançar as posições centrais no campo político, isto é, as posições de elevado capital político.” (MIGUEL; BIROLI 2009, p. 67)

Segundo Bourdieu, citado por Miguel (2009) “a mera presença no parlamento não representa capacidade igual de influência na elaboração da lei, na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social”. As mulheres presentes na vida pública, por ocuparem cargos de menor prestígio, acabam tendo seu próprio prestígio diminuído. A participação delas se menospreza por possuírem menor capital simbólico do que os homens. Além disso, é sabido que as mulheres estão em menor número presentes, já que mesmo com cotas estabelecidas, não existe nenhuma garantia de que elas serão cumpridas.

“É permitido o lançamento de um tal número de candidatos que as mulheres ‘não fazem falta’ para os partidos – que, além de tudo, não sofrem nenhuma punição caso não preencham a cota. O resultado é que o crescimento da presença feminina no Poder Legislativo brasileiro, após a introdução da reserva de vagas, tem sido muito tímido (Araújo, 2001a; 2001b; Miguel, 2008).” (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 202)

Quando eleitas, as mulheres em sua grande maioria ganham papéis em áreas classificadas como de menor relevância, com pouco peso para a formação do capital simbólico, “enquanto os homens estão mais presentes justamente nas áreas e temas que mais contribuem para a promoção de sua carreira política”, (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 58).

O capital simbólico é o que os leva a estarem cada vez mais presentes na mídia, tornando o mecanismo, um círculo vicioso, já que quanto mais presente na

⁶ REINERT, Helo. Mulheres correndo atrás de votos: são 2.258 candidatas a deputadas, senadoras e governadoras, elas vem mudando a política. Época, n.13, p.36-38, ago. 1998.

mídia, mais capital simbólico se acumulará. Não significa que os temas dominados pelas mulheres, quando presentes na vida pública, são menos importantes.

Eles são tão importantes ou até mais do que os temas dominados pela atuação masculina, como administração pública, política econômica, relações internacionais, chamados também de *hard politics*. O que ocorre, no entanto, é que estas áreas de atuação abrangem apenas questões "domésticas", são as "questões de menor prestígio no campo político, que exigem menor capital simbólico de quem vai tratar delas e alavancam de forma menos expressiva a carreira futura." (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 69)

"O âmbito considerado 'próprio' para a política feminina - questões sociais; questões ligadas à família, à infância e à adolescência; meio ambiente etc. - é também aquele que menos impulsiona as carreiras políticas e que possui menor visibilidade na cobertura jornalística da política" (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 67).

Outra hipótese, fundamentada em estudos de Bourdieu, Foucault e até de Freud, é a raiz da dominação masculina, tida na anatomia, ou mesmo somente no formato do órgão sexual do homem e da mulher, conforme já visto neste estudo. As razões apontadas pelos estudos freudianos, indicam que o homem poderia possuir maior sentido de justiça, desde que foi "ensinado" a temer a castração, utilizada na resolução do conflito edipiano.

Como a mulher não enfrentava este problema, acabou por desenvolver um menor senso de justiça, ficando à sombra dos homens em assuntos que exigissem maior desenvoltura pública (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 68). Em outras vertentes, correntes mais feministas, a explicação se dá por que pode haver uma diferença mais profunda do que apenas a anatomia.

"uma *diferença moral* entre homens e mulheres, que sustentaria, da forma mais radical (no sentido preciso da palavra), a especificidade da representação política das mulheres. Dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a uma outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica" (MIGUEL; BIROLI 2009, p. 68).

Bourdieu coloca a situação em questão dentro do conceito de *habitus*, no qual as estruturas sociais acontecem e se reafirmam com a interação do ser social, e a reprodução destes atores em suas relações, definidas como relações de

dominação pelos autores, e continua a constituir-se, na medida em que os próprios agentes a incorporam.

O *habitus* do cotidiano particular feminino reflete então no seu comportamento dentro da vida pública. Não seria o caso de exclusão pura e simples do gênero, realizada pela mídia em que está inserido, “mas da afirmação de perspectivas sobre a mulher, referenciadas pela estrutura de diferenciações de gênero existente”, o que acabaria por se sobrepor às perspectivas de mulheres que potencialmente alcançassem o objetivo de expor seus traços históricos, o que as poderia tornar mais presentes na vida pública.

“(...) o *habitus* primário dos agentes que constituem o campo é marcado pelas relações de históricas de dominação e subordinação da mulher, podendo compor, na interação com as disposições específicas do campo, uma visão da mulher como objeto de que se fala” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 65).

Presença que, para Miguel, é imposta não apenas sobre a perspectiva dos dominados ou “perspectivas produzidas pela própria internalização das assimetrias e distinções que constituem a dominação, mas as tensões, confrontos e dissonâncias que essas relações assimétricas implicam” (2009, p. 65).

Para Iris Marion Young (1990) os pequenos grupos - mulheres, negros, pessoas de classe social inferior - poderiam então se valer de porta-vozes “padrão” para defender suas causas, suas áreas de atuação, ou seja, um único governante tradicional (homem, branco, classe média, heterossexual). Porém este tipo de representação não funciona, visto que cada um gostaria de falar por si, ou então possuir representantes que realmente entendam sua realidade, e defendam profundamente seus interesses.

“Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. (...) Diferenças de raça e de classe perpassam o gênero, diferenças de gênero e etnia perpassam a religião e assim por diante. Os membros de um grupo de gênero, racial etc. têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. Assim, o processo unificador requerido pela representação de grupos buscaria congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas” (YOUNG, 2006, p. 142)

A exemplo das mulheres, os idosos e as crianças também são lembradas como classes com pouca voz ativa na vida pública. O que ocorre, nestes casos, é que as crianças, como os idosos, entram em uma classificação natural de exclusão, não reconhecida como tal, pela sua atuação e condições naturais de idade, com suas próprias limitações e a falta de preparo, por exemplo, das crianças, para adentrar à vida pública, ou pela situação delicada de vida, no caso dos idosos, "porque se considera que é mera decorrência de uma característica natural, que as torna incapazes de promoverem os seus próprios interesses." (MIGUEL, 2001, p. 254).

"As mulheres se devem fazer representar não porque sejam os vetores de uma 'política desinteressada' mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), revela-se injusto" (MIGUEL, 2001, p. 264)

O que não deve significar invariavelmente que as mulheres defenderão apenas e tão somente as causas ligadas ao gênero, já que muitas das questões tratadas no campo político dizem respeito ao ser humano e à sociedade como um todo, e apenas existe a necessidade de uma ênfase em assuntos femininos, mas não o destaque que deva se sobrepor. Do contrário deveria, segundo Miguel (2009), haver uma completa segmentação das políticas públicas, onde cada cidadão deveria ser representado a partir das características que ele mesmo julgasse importante e necessitadas desta representação.

Ainda que, para o autor, o próprio voto individual e livre seria o modo de que se valeriam as mulheres para expressar sua vontade de serem representadas ou de terem voz própria na vida pública, em defesa das suas causas e anseios. Para ele a presença feminina teria maior destaque, se as próprias mulheres lutassem mais pelo seu direito de adentrar à vida pública.

"(...) se as próprias mulheres julgassem importante a ampliação do número das suas representantes, elas a promoveriam, inscrevendo-se nos partidos, forçando o lançamento de candidaturas e elegendo mulheres. Se não o fazem, é porque não acham necessário" (MIGUEL, 2001, p. 257).

Sendo assim, Miguel (2001, p. 257) conclui que para se justificar a adoção de "medidas especiais que favoreceram a representação feminina precisa encontrar

uma argumentação que aponte diferenças entre homens e mulheres, que sustentem, por si sós, a necessidade da paridade". Deste modo é que poderia então ocorrer um movimento legítimo de valorização das diferenças.

Para o autor o passo fundamental é o amplo debate na arena política, para que se possa modificar esta premissa, no lugar de forçá-la pura e simplesmente por meio de mecanismos instituídos através da legislação, "o que limitaria a autonomia dos eleitores" (MIGUEL, 2001, p. 257).

5 A PRESENÇA DO GÊNERO NO DISCURSO

Em 31 de outubro de 2010 aconteceu a eleição que levou a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil. Dilma Rousseff (PT) recebeu mais de 55 milhões e 700 mil votos, equivalente a 56,05% dos votos válidos. Dilma derrotou no segundo turno o candidato José Serra, do PSDB, que conseguiu alcançar a marca de pouco mais de 43 milhões e 700 mil votos.

O discurso da primeira mulher presidente do país realizado em 1º de janeiro de 2011, reflete a necessidade da inclusão do gênero na vida pública. O texto, proferido durante a posse, contém mais de três mil e seiscentas palavras, das quais aproximadamente 515 fazem referência ao gênero inserido no campo político, na forma em como a mulher pode e irá humanizar uma política marcada por períodos de repressão e militarismo.

"Queridas brasileiras e queridos brasileiros, pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão" (ROUSSEFF, 2011).

Para Miguel (2009, p. 60), a representação é algo constante na vida de todos. A representação do povo ocorre a todo momento por pessoas iguais, mas que estão lá, eleitas de forma democrática e que tomam decisões em nome do povo nos três poderes. A partir do instante em que a autoridade suprema do poder executivo é uma figura feminina, a mulher passa a ser muito mais vista ligada à vida pública e muito melhor representada.

Porém, a simples presença feminina significa uma outra forma de representação, "uma forma de representação, informal, difusa, imprecisa, que depende de adesões por vezes pontuais e revogáveis a qualquer momento, mas nem por isso menos importante no processo público de formulação das decisões" (MIGUEL, 2009, p. 60).

"Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país" (ROUSSEFF, 2011).

Até a forma gramatical da palavra que designa o cargo passou a ser flexionada em gênero com mais frequência e maior aceitação. Esta forma passou a ser usual após a eleição da primeira mulher brasileira para a presidência⁷, e já era utilizada na Argentina, com a eleição de Cristina Kirchner, que, assim como Dilma, preferia a versão feminina do vocábulo.

Como a forma era de pouco uso antes de haver efetivamente uma presidenta em exercício, ela causou estranheza e polêmica, mas, para evitar problemas em cerimoniais e até com a imprensa, Dilma sancionou a Lei 12.605/2012⁸, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Ficou convencionado então, que ao se referir ao cargo de Dilma Rousseff, poderia apenas ser utilizada a palavra flexionada de acordo com seu gênero: PRESIDENTA.

"Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!" (ROUSSEFF, 2011).

A presença do gênero no discurso torna a mulher mais presente, de forma que cause a sensação de intervenção em seu nome, e deste modo a presidenta mostra que seu governo irá valorizar a presença feminina no campo político. Deste modo os ruídos de representação estão minimizados e a efetividade do ato está maximizada (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 60).

Além disto, a presença feminina nas discussões públicas é uma forma de dar voz a esta outra forma de representação, feita com muito mais sensibilidade, que é inerente à esfera doméstica, à vida particular. Para aumentar este tipo de representatividade se faz necessária a adoção de políticas de inclusão, mecanismos que possam realmente promover a presença do gênero na vida pública, e não apenas no discurso (MIGUEL, 2001, p. 258).

⁷ ARRAIS, Diogo. Presidente ou presidenta, qual o certo? Portal Exame.com. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/presidente-ou-presidenta-qual-o-certo>>. Acesso em: 01/08/2013.

⁸ Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1031523/lei-12605-12>>. Acesso em: 05/09/2012.

"Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional. Queridos brasileiros e queridas brasileiras, para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui. Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores. Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública" (ROUSSEFF, 2011).

O modo de se fazer a política feminina, mais doce e amorosa, ainda assim com a força da auto imposição que se faz necessária, é confirmada no discurso da presidenta, que trata das questões sociais, dos assuntos voltados para a família. O estudo realizado por Miguel e Biroli apontou que a presença feminina no noticiário confirma os supostos limites que permeia a participação do gênero na política.

Estes limites são reforçados ao passo que a mídia os apresenta como "a configuração 'natural' das relações entre os sexos, com uma presença acentuada dos homens na vida pública, sobretudo nos papéis e áreas de maior relevância (...)" (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 58). Em contraponto, a mulher é tida como figura mais ligada ao cotidiano, localizada principalmente na vida familiar, em âmbito privado, e é este âmbito que está retratado no discurso da presidenta.

"É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras. (...) Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância" (ROUSSEFF, 2011).

Esta esfera doméstica que paira sobre os temas femininos, que têm menor prestígio, porém são os mais importantes, está muito presente no discurso proferido e analisado. Para Bourdieu (1989, p. 134), a figura feminina é um agente, que atua segundo a sua *posição relativa* neste espaço. Para Miguel (2001, p. 265) a entrada das mulheres na esfera pública, bem como de outros grupos excluídos, é importante, não apenas por compartilharem dos mesmos interesses e opiniões, "mas porque partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. A palavra é relevante: trata-se de um ponto de partida, não de chegada".

"Queridas brasileiras e queridos brasileiros. Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo. (...) O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: Dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação" (ROUSSEFF, 2011).

A figura feminina remete à chamada política do desvelo, que se opõe diretamente à política de interesses, inerente à figura masculina, devido à sua característica de "preocupar-se mais com aqueles que a cercam do que consigo própria" (MIGUEL, 2001, p. 262). Levando em consideração o capital simbólico do gênero, que segundo Bourdieu trata-se do prestígio, da reputação, ou, da fama, que vai possuir, a mulher acaba atuando nas áreas mais humanizadas da política, fazendo o papel de amparar as áreas mais necessitadas, e ao mesmo tempo, sem conseguir ganhar mais espaço e visibilidade na vida pública.

"As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social" (BOURDIEU, 1989, p. 141) A partir disto, os agentes acabam por aceitar o social de tal modo como ele se apresenta, impedindo que haja resistência, ou "uma aceitação tácita da posição" e funciona como uma forma de "instinto de conservação socialmente constituído", atuando na política desta forma, entendendo ser natural que seja assim.

"Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa. É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida" (ROUSSEFF, 2011).

Entretanto, Miguel explora o lado particular da atuação deste agente feminino, expondo o fato de que, mesmo que haja uma atenção redobrada, exaltando o lado materno inerente da mulher, esta característica não seria suficiente por si só para que a mulher fosse uma boa governante, ou atuante política, visto que a maternidade é uma relação de "intimidade e exclusividade (uma mãe não está preocupada com a maternidade em geral, mas com seus rebentos em particular), enquanto a cidadania requer as qualidades opostas de abertura e inclusividade" (MIGUEL, 2001, p. 262).

6 CONCLUSÃO

Conclui-se, com este estudo, que o gênero ainda ocupa uma parcela muito pequena do campo político no Brasil, e quando a ocupa, está ligada à setores que lhes rendem menos prestígio e visibilidade do que os setores chamados de *hard politics*, dominados pelos homens. Os motivos são variados, mas todos interligados e a principal origem identificada para tal ausência se dá, segundo os autores consultados, na natureza tida como feminina, de ser inerente à afazeres domésticos, ligados diretamente à vida privada. A tradição do casamento, que mantém a mulher submetida diretamente ao homem, corrobora esta hipótese, mostrando a dominação masculina nos dois campos - privado e público.

Identificou-se que, com o aumento significativo da presença do gênero na arena política, haveria uma superação na prática da “política de interesses”, característica apresentada pelos autores como egoísta e masculina, sendo que uma prática tolerante, desprendida e zelosa para com o próximo se instauraria, devido ao formato próprio da mulher fazer política, com mais ética, generosidade e altruísmo, no lugar da frieza própria à justiça imparcial masculina.

Esta política abrandada sofre um porém, no momento em que o fato do gênero feminino possuir características mais brandas e menos “selvagens” não seja uma garantia da idoneidade e da integridade do caráter do ser humano, que é acima de tudo. Outra verificação é a de que a mídia colabora para que a mulher, quando dentro da política, mantenha-se nas áreas de menor prestígio. Observam-se, então, mecanismos de reforço entre mídia e campo político, que obstaculizam em primeiro lugar o ingresso das mulheres e, em seguida, seu progresso na carreira política.

E esta questão do gênero, é bem demarcada no discurso de posse da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, analisado por este trabalho, o qual reforçou a importância das minorias no campo político. Este assunto que vem sendo defendido há décadas e pesquisado pelos autores citados neste estudo se reafirma do início ao fim da fala da presidenta.

Verifica-se, portanto, que a inserção do gênero no campo político representa um passo na direção da democracia, visto que a diferença trazida por este novo agente, não consiste apenas na diferença de gênero, mas também devido à mudança que causa na organização da sociedade, que impõe experiências de

gênero diferenciadas. Além das vozes femininas, a presença de 'vozes' de outros grupos minoritários também poderão contribuir para o exercício real da democracia.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. **A Voz e a Escuta**. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a Sociologia Contemporânea. Florianópolis. Maio, 2004.
- ADELMAN, M. **Vozes Olhares e o Gênero do Cinema**. Ilha de Santa Catarina, 2005.
- BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989
- DIMENSTEIN, G. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996
- FALLOWS, J. **Detonando a Notícia**: Como a mídia corrói a democracia americana. Rio de Janeiro: BCD Editoras. 1997.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FUNK, S. B.; WIDHOLZER, N. **Gênero em Discurso da Mídia**. Ilha de Santa Catarina. 2005.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Mídia e Representação Política Feminina**: hipóteses de pesquisa. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº1, Junho, 2009, p. 55-81.
- MIGUEL, L. F. **Política de interesses, política do desvelo**: representação e “singularidade feminina”. Estudos Feministas, ano 9, p.253-267, 2º semestre 2001.
- NICOLAU, J. **O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, nº4, 2006, p. 689-720.
- REINERT, H. **Mulheres correndo atrás de votos**: são 2.258 candidatas a deputadas, senadoras e governadoras, elas vem mudando a política. Época, n.13 , p.36-38, ago. 1998.
- VENCESLAU, P. **A quem interessa a reforma política?** Revista Fórum. ano 9, n.96 , p.42-44, mar. 2011.
- YOUNG, I. M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006

ELEIÇÕES 2010, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>> Acesso em: 04/11/2011.

PERCENTUAL DE IDOSOS na população segue em crescimento, diz Censo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/percentual-de-idosos-na-populacao-segue-em-crescimento-diz-censo.html>>. Acesso em: 04/11/2011.

VOTO DAS MULHERES no Brasil completa 80 anos. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/03/08/voto-das-mulheres-no-brasil-completa-80-anos>>. Acesso em: 15/06/2013.

ANEXO – DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTE DO BRASIL – DILMA ROUSSEFF

“Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixou para todos nós.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido

programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento publico vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando

a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra: "o que tem de ser, tem muita força".

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio-ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energia hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Européia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios e dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de

controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"

É com esta coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!"